



Direção Geral de Arquivos

Arquivo Distrital de Faro

Destaques:

- Fontes documentais e investigação genealógica
- Código de Posturas: a disciplina popular na 2ª metade do século XIX
- O que nos reserva o futuro?
- O módulo de pesquisa web do Digitarq

Alguns números sobre serviços prestados de Janeiro a Abril de 2010

Nº de leitores (s.l.): 722
Nº de docs. Consultados (s.l.): 3584
Nº de certidões emitidas: 150

Nesta edição:

Editorial

Fontes documentais e investigação genealógica

Código de Posturas: a disciplina popular na 2ª metade do século XIX

O que nos reserva o futuro?

O módulo de pesquisa web do Digitarq

Incorporações

Oferta de livros

Actividades pedagógicas

EDITORIAL

O Arquivo Distrital de Faro durante este ano de 2010 tem procurado manter um sempre difícil equilíbrio entre os poucos recursos humanos, as funções a que está obrigado e os objectivos a que se propôs.

Como serviço integrado no regime de autonomia administrativa o Arquivo Distrital tem que gerir todos os procedimentos relativos à gestão dos recursos humanos e gestão financeira, referentes ao seu funcionamento, actos cada vez mais complexos tanto na sua vertente financeira, multiplicidade de regras, como na vertente informática, complexidade crescente das ferramentas e plataformas Web utilizadas. Tarefas de grande responsabilidade já que delas dependem, entre outros, os ordenados mensais dos funcionários e o pagamento aos nossos fornecedores. Exigindo, assim, recursos humanos disponíveis e com especialização crescente nas áreas do pessoal e financeiro, ao mesmo tempo que a destreza com as ferramentas informáticas e de Web é uma exigência crescente. Estes recursos humanos disponíveis e especializados não existem neste Arquivo Distrital e como tal muitas vezes estas tarefas obrigam a desviar recursos de outras funções e objectivos a fim de se procurar responder com mais ou menos dificuldade a estas obrigações.

O Arquivo Distrital de Faro dentro deste equilíbrio precário que recorda o nome do álbum *“Hoje há conquilhas, amanhã não sabemos”* da Banda do Casaco, 1977, que tinha como fotografia de capa ovos já que as conquilhas tinham acabado, tem procurado para além das incorporações legais estreitar os laços cooperantes com as instituições algarvias de forma a poder contribuir para a preservação da memória desta Região e desta forma contribuir para a memória arquivística e histórica do país.

João Sabóia

Director do Arquivo Distrital de Faro

FONTES DOCUMENTAIS E INVESTIGAÇÃO GENEALÓGICA

“interroga, pois, as gerações passadas, e examina com cuidado as memórias”

Velho Testamento, Job 8-8

Diariamente os arquivos são frequentados por ávidos investigadores, uns amadores, outros mais ou menos profissionais em busca de determinadas fontes documentais, em busca das raízes, dos antepassados. Este aumento de cultores da investigação genealógica está bem patente em Portugal e um pouco por todo mundo.

Sempre rodeados de inúmeros apontamentos, fotocópias de registos, falam da parentela, dos apelidos, dos ramos, das árvores, mas não são agrónomos.

Mas, o que os faz correr?

Porque se preocupam os homens com os seus antepassados, que motivações levam as pessoas empreenderem tempo, dinheiro e recursos em busca da sua ancestralidade?

Parece sintomático, mas todos os homens a determinada altura da sua vida demonstram curiosidade em conhecer as suas origens, trata-se de uma vontade que se explica social e psicologicamente. É a busca da identidade, a necessidade de identificação histórica, uma reacção natural a uma sociedade de consumo moderna e massificada, onde as pessoas estão deslocadas das suas primitivas origens. As pessoas querem saber quem são, de onde vieram, o que as distingue ou o que as aproxima no tempo e no espaço.

Durante bastante tempo, estava mais ou menos generalizada a convicção de que a genealogia se ocupava apenas das famílias ditas nobres, dando uma imagem elitista. Ora esta ideia tende a desvanecer, a genealogia é uma ciência auxiliar da história, é de todos e para todos, democratizou-se.

Quem estuda os trajectos e percursos genealógicos de uma normal família portuguesa, sabe por experiência que não existem fronteiras sociais no passado genealógico. Assim é possível começar a fazer genealogia numa família titular com presente tradição nobiliárquica e acabar num antepassado sapateiro, assim

como começar num sapateiro e acabar num titular oriundo das melhores linhagens portuguesas. São as surpresas da genealogia e da vida.

Mas, para fazer uma investigação genealógica é necessário consultar fontes documentais, onde o investigador vai beber informação. Podemos dizer que o nosso país é rico em história, logo rico em fontes documentais.

Entre a vasta panóplia de fontes disponíveis nos diversos arquivos, interessam-nos apenas aquelas que relatam factos genealógicos, os seja nomes, formas de identificação e de preferência informações que refiram parentescos.

Vejamos então algumas fontes documentais, as mais importantes, as mais usadas na investigação genealógica.

REGISTO CIVIL

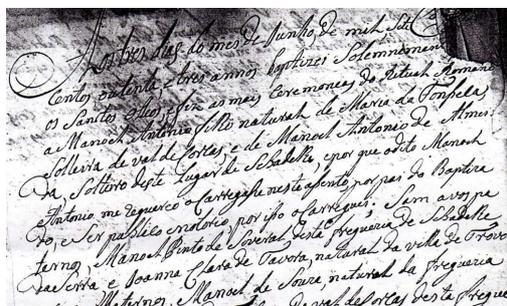
Criado pelo regime liberal, em 1832, para certificar os nascimentos, casamentos e óbitos dos cidadãos. Foi facultativo até à implantação da República; de 1911 em diante o registo civil – obrigatório – substituiu os registos lançados pelos párocos. Para épocas mais recentes, é uma fonte fundamental e é muitas vezes por aqui que se começa uma genealogia, com o pedido de fotocópia das certidões nas Conservatórias dos Registos Cíveis do concelho pretendido.

REGISTOS PAROQUIAIS

Os registos paroquiais são para o genealogista, como pão para a boca, estes foram criados pelo Concílio de Trento, o qual teve início a 13 de Dezembro de 1545 e terminou a 4 de Dezembro de 1563.

Entre 1541 e 31 de Março de 1911, todos os baptizados, casamentos, óbitos, eram registados na igreja paroquial da respectiva freguesia. Estes registos são a base de qualquer genealogia científica, pois contêm sempre os nomes dos neófitos, nubentes e falecidos e, consoante as épocas, os locais e a competência dos priores, os nomes e as naturalidades dos pais, dos avós, dos padrinhos e vários outros dados de interesse sociológico. A ideia de centralizar em arquivos todos os livros de registos paroquiais, deveu-se ao ministro da Instrução Pública Magalhães Lima,

no governo saído da revolução democrática de 14 de Maio de 1915. Este autorizou por decreto a transferência para os arquivos públicos, existentes ou a criar, de todos os livros de registo paroquial anteriores a um período de 100 anos, contado desde o ano da transferência. Esse decreto n.º 1630, de 9 de Junho do mesmo ano, refere e passo a citar o “alto valor histórico, genealógico, demográfico e jurídico que representam os livros de registo paroquial em cada uma das suas espécies: nascimentos, casamentos e óbitos” pelo que convinha “preservá-los das contingências a que estão sujeitos em edifícios impróprios para a sua guarda”.



Exemplo de um registo de baptismo, freguesia de Sebadelhe da Serra, Trancoso

Uns colecionam selos, moedas, os genealogistas colecionam antepassados. Investigar em genealogia é não ter mais um momento de descanso, é viver em estado permanente de pesquisa e de “suspense” é fazer a ponte entre os vivos e os mortos, uma aventura quase policial onde o genealogista faz de detective, segue as pistas e encontra não o culpado mas o antepassado.

Também é conhecida a importância que a genealogia tem no campo científico. Em presença de documentos, estuda a história e a biografia das famílias, sejam elas nobres, burguesas, ricas ou pobres, proporcionando elementos aos historiadores, à demografia, à sociologia, biologia e genética entre outras.

Oscar Caeiro Pinto

Arquivista do Arquivo Municipal de Tavira

Bibliografia

Amaral, Augusto Ferreira do, Fontes da Genealogia em Portugal, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Porto, 2000

Mendes, Nuno Canas, Descubra as suas Raízes, Mem Martins, 1996

Silva, Armando Malheiro da, A Genealogia em Portugal e o Desafio do Presente, in Armas e Troféus, 1984

Código de Posturas: a disciplina popular na 2ª metade do século XIX

Em 18 de Março de 1842, é aprovado o novo Código Administrativo por António Bernardo da Costa Cabral que, em relação aos Municípios portugueses, pretende atribuir uma nova configuração e enquadramento social e territorial, apesar de ter retirado alguma autonomia e importância aos mesmos, relativamente ao Código anterior (Passos Manuel, 1836). É precisamente o Código de 1842 que enquadra a exposição patente no Arquivo Municipal de Vila do Bispo, pois é daquele instrumento jurídico que surgem as directrizes para que todas as Câmaras Municipais criem os seus próprios Códigos de Posturas, no sentido último de regulamentar e uniformizar comportamentos e a conduta das populações, neste caso aplicado ao Concelho de Vila do Bispo.

A ideia de selecção de um documento de natureza histórica com esta tipologia surge devido à forte presença da memória colectiva e identidade das populações. O método utilizado passou pela selecção de cinco Códigos de Posturas do Município, que compreende o período entre 1850 e 1880. Numa segunda fase, efectuou-se o estudo e análise estrutural entre os cinco documentos, e dentro destes efectuou-se o estudo comparativo específico dos artigos, observando-se semelhanças estruturais entre os mesmos, com pequenas particularidades referentes a localizações específicas.

Após a fase de investigação, seleccionaram-se os artigos que mais importância teriam para as autoridades municipais da época em relação ao objectivo de alcançar a coesão e disciplina social dos habitantes. Posteriormente, foi realizada a transcrição dos mesmos e associadas imagens. Dentro da fase de análise, foi igualmente seleccionado o documento *Rol de Coimas*, relativo ao ano de 1879, que permitiu a comparação entre as infracções cometidas nesse ano, com o intuito de estabelecer a quantificação daquelas.

Estruturalmente, as conclusões do estudo dos documentos, traduzido na criação deste evento, reflectem

Código de Posturas: A disciplina popular na 2ª metade do século XIX

uma comunidade de características predominantemente rurais.

Facto deduzido da análise do *Rol de Coimas* do ano de 1879, que confirmou que o item *Propriedade* (27% do total) é de longe o mais significativo no que respeita às infracções cometidas. A importância dada a esta questão revela a existência de um grande número de propriedades, muito protegidas - por cercas e valados -, e extremamente bem controladas pela polícia das povoações e rendeiros, substituídos pela figura do Zelador a partir de 1870. Quanto ao assunto relacionado com a vigilância policial, ao nível das povoações, estradas e caminhos públicos, a par da temática sobre a actividade comercial, aparecendo na segunda posição ao nível da importância para o Concelho, revela níveis altos de preocupação no controlo de comportamentos desviantes e que coloquem em causa a harmonia social. Todos os outros assuntos analisados, desde a *actividade dos moleiros*, passando pela questão da *água* e da regulamentação da actividade de Zelador, não sendo significativos em termos quantitativos, não deixam de ser importantes na caracterização geral da realidade social presente no Concelho de Vila do Bispo à época.



Em última análise, a presente exposição reflecte a importância dos Arquivos como repositórios da memória, dotados de instrumentos essenciais para o estudo e investigação de assuntos relativos ao património histórico e cultural, que permitem reforçar a identidade dos indivíduos e a sua valorização enquanto membros pertencentes a uma dada comunidade.

Nuno Marques

Arquivista do Arquivo Municipal de Vila do Bispo

O QUE NOS RESERVA O FUTURO?

“No geral, declaro-me cinicamente optimista. [...] Haverá obviamente problemas – sempre os houve –, mas, fazendo um balanço, penso que o futuro será um lugar bastante agradável para se viver. E se assim não for, a culpa será inteiramente nossa.”

Richard Watson. Ficheiros do Futuro – os próximos 50 anos

O que nos reserva o futuro? A questão será sempre levantada, em relação a quase tudo. Os inúmeros aspectos da vida, a emergente incerteza com que nos deparamos diariamente e a forma como lidamos com ela, contribuem para a própria definição da nossa personalidade.

Ora, no que respeita a arquivística, muitos de nós, profissionais desta área, reflectimos sobre o rumo que levará o exercício de funções ligadas à gestão documental nas organizações. A multiplicidade de funções, a explosão de relações socioeconómicas entre pessoas e organizações, a constante necessidade de conferir autenticidade e veracidade que permitam facultar um efeito de prova aos actos consequentes das funções e atribuições que desempenhamos, obrigam-nos a gerar documentos. Na sociedade actual os documentos podem ser considerados “produtos” ou “bens”, gerados como resultado de um acto ou relacionamento socioeconómico. Hoje, estes bens têm um suporte físico analógico, sendo na sua maioria em papel. Urge questionar: no futuro como serão estes documentos? Quais as garantias que oferecem às administrações e à sociedade, ao nível da sua utilização (prova) e preservação de memória futura (informação/património)?

Será absolutamente improvável que a sociedade do futuro esqueça a noção de «accountability» que, na minha óptica, se liga à noção de transparência no universo administrativo de todas as organizações, com particular incidência no sector público mas igualmente importante no domínio privado. Após aturada análise, concordaremos que a sociedade continuará a gerar os seus “produtos”, sejam eles, no que concerne aos documentos, tangíveis ou intangíveis, analógicos ou digitais, apenas porque a necessidade que

presidiu à sua génese prevalece e confere densidade e estrutura a uma sociedade que interage e se relaciona. Conferir “prova”, de actos, relações e transacções, continua a ser necessário.

Contudo, será prudente pensar um pouco. Tentar, no presente, traçar um esboço do futuro. A sociedade terá de habilitar os seus actores para a utilização dos novos documentos, sob pena de excluir cidadãos de um exercício de cidadania pleno. Tendo também de se preocupar com a memória social, pensando, desde já, a melhor forma de preservar e tornar recuperável o “novo” património documental.

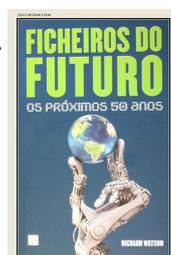
Dentro de 50 anos o Mundo será diferente, os documentos e os Arquivos também o serão. Partindo desta premissa, deveremos, de forma consciente e crua, perceber para onde caminha a sociedade e consequentemente qual o papel do profissional ligado à gestão documental.

Paulo Mariz Lourenço
Arquivista do Arquivo Distrital de Faro

Sugestão de leitura

Como será o nosso mundo daqui a 50 anos? A que grandes alterações assistiremos nas próximas décadas? Que novos conceitos surgirão? A inteligência artificial será uma realidade? De que forma toda a vida social será afectada pelo progresso? O autor faz-nos um retrato de como os próximos 50 anos vão alterar o nosso modo de viver. Tendo em conta o que a humanidade evoluiu no último século prevê-se que muitas áreas, como a tecnologia e a informática, associadas a diversas matérias, evoluam a uma velocidade surpreendente, afectando todas as formas de viver, para o bem e para o mal. Entre muitas outras, na verdade quase todas, Richard Watson destaca cinco previsões de profundas mudanças que se registarão nas próximas cinco décadas:- Envelhecimento;- Mudança do poder para o Leste;- Conectividade global;- Tecnologias GRIN: Genética, Robótica, Internet, Nanotecnologia;- O ambiente.

Watson, Richard (2009). **Ficheiros do Futuro — Os próximos 50 anos.** SL: Caleidoscópio.



O MÓDULO DE PESQUISA WEB DO DIGITARQ

O Digitarq é uma aplicação de descrição documental em uso no universo da Direcção Geral de Arquivos (DGARQ), do qual o Arquivo Distrital de Faro (ADFAR) é um organismo dependente. É uma ferramenta primordial tanto no trabalho de "back office", onde os técnicos do Arquivo Distrital inserem informação relevante, segundo orientações técnicas nacionais e internacionais, dos fundos à sua guarda, como é de "front office", procurando ser uma ferramenta importante para o cidadão que pesquisa informação nos fundos detidos pelo ADFAR.

Para cumprir esta última missão existe um módulo via browser (Internet Explorer da Microsoft entre outros). O acesso a esta funcionalidade está já disponível na actual página web do ADFAR em <http://digitarq.adfar.dgarq.gov.pt/>, bastando para isso clicar em pesquisa pública na página de entrada do ADFAR na zona dos Destaques.

© 2010 - Arquivo Distrital de Faro | Mapa do Site | Comentários e Sugestões | Contactos



Para além da pesquisa simples por nomes, locais, termos/palavras e datas, podemos fazer uma pesquisa mais avançada, sobretudo vocacionada por quem já conhece os níveis de descrição do que procura ou outros detalhes como a própria referência, o título de uma unidade de descrição específica, entre outros (para quem procura imagens digitais associadas à sua metainformação descritiva é essencial assinalá-lo num campo para o efeito, por exemplo).

O MÓDULO DE PESQUISA WEB DO DIGITARQ

Pode iniciar igualmente a sua pesquisa numa lista de fundos disponíveis e descer progressivamente para níveis mais elementares de um fundo escolhido. A todas as opções está associada uma preciosa ajuda, onde se apresentam exemplos de quadros e os operadores booleanos respectivos, bastando para isso clicar no "i" a verde em cada campo pesquisável ou ir logo ao separador ajuda.

Note-se que nem toda a documentação à guarda do ADFAR está descrita em todas as suas partes nesta ferramenta. E apenas algumas dezenas de milhar de imagens estão associadas exclusivamente aos fundos paroquiais.

Este trabalho exige muito tempo dos poucos técnicos envolvidos, que se desdobram em múltiplas actividades profissionais, mas paulatinamente vamos fazendo incrementos significativos para maior satisfação dos nossos utilizadores.

Miguel Vargas

Arquivista do Arquivo Distrital de Faro

Incorporações realizadas

Durante o quadrimestre anterior (Janeiro a Abril de 2010) efectuaram-se as seguintes incorporações no Arquivo Distrital de Faro (em metragem linear):

- 1º Cartório Notarial de Loulé – 8 ml.



Oferta de livros para a Biblioteca do Arquivo Distrital de Faro

O Arquivo Distrital de Faro recebeu seis obras que contribuirão para o enriquecimento da sua biblioteca. Este organismo exorta o empenho e disponibilidade dos autores para a construção do edifício cultural da região algarvia, agradecendo encarecidamente este contributo.

Anais do Município de Faro 2005 2008 (2009). Faro: Câmara Municipal de Faro.



Guia de Fundos e Coleções Fotográficas 07 (2008). S.L.: Direcção Geral de Arquivos—Centro Português de Fotografia.

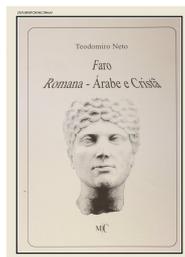


Martins, Maria Odete Sequeira (2009). Revisitando o passado. Memórias de Pêra. Pêra: Junta de Freguesia de Pêra.



OFICINAS EDUCATIVAS

Neto, Teodomiro (2009). Faro, Romana — Árabe e Cristã. Faro: Delegação Regional da Cultura.



Palma, Patricia de Jesus (2008). A produção literária impressa no Algarve, Durante os séculos XIX e XX. II Volumes. Lisboa: FCSH*.

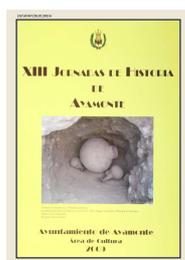


* - Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Edição de Autor em texto policopiado.

Rollo, Maria Fernanda (2009). História das telecomunicações em Portugal. Da Direcção-Geral dos Telégrafos do Reino à Portugal Telecom. Lisboa: Fundação Portugal Telecom.



XIII Jornadas de História de Ayamonte (2009). Ayamonte: Ayuntamiento de Ayamonte.



Uma proposta de aventura, para uma manhã ou um dia, numa mistura de investigação (quase policial), charada e estudo! Explorar a informação dos documentos de arquivo: (anotar os contactos e mencionar o procedimento a efectuar para realizar a inscrição)



- “Seguindo o rasto de uma família algarvia ...”
OU

- “Espreitando as profissões dos homens e das mulheres algarvios na 2ª metade do século XIX.”



Para marcações e inscrições contactar:

Arquivo Distrital de Faro

Rua Coronel António dos Santos Fonseca 8000-257
Faro

Telef. / 28 981 06 40

Fax / 28 980 15 25

Endereço electrónico: mail@adfar.dgarq.gov.pt

FICHA TÉCNICA:

Direcção Geral de Arquivos — Arquivo Distrital de Faro. Rua Coronel António dos Santos Fonseca 8000-257 Faro, telef./ 289 810 640, Fax/ 289 801 525

Sítio na Internet — <http://adfar.algarvedigital.pt> E-mail — mail@adfar.dgarq.gov.pt

Conselho Editorial: João Sabóia; Miguel Vargas e Paulo Mariz Lourenço

Colaboradores nesta edição: João Sabóia; Miguel Vargas; Paulo Mariz Lourenço; Óscar Caeiro Pinto e Nuno Marques

ISSN 1647-1725